

Mário Pedrosa, o golpe de 1964 e a ditadura

*Everaldo de Oliveira Andrade**

Resumo:

Este artigo analisa a ditadura militar de 1964 buscando resgatar parte das contribuições teóricas e ação do militante socialista Mário Pedrosa no período da ditadura militar, desde seu balanço e perspectivas (contidos principalmente em seus livros *Opção brasileira* e *Opção imperialista*, de 1966), seu período de exílio no Chile e França a partir de 1970 e seu retorno ao Brasil, em outubro 1977. Nesse último período, analisa-se a crise da ditadura e as contribuições de Pedrosa para a fundação do PT.

Palavras-chave:

Mário Pedrosa; ditadura militar de 1964; socialismo.

Mário Pedrosa: 1964 Military Coup and the dictatorship

Abstract:

This article analyzes the Brazilian military dictatorship, seeking to redeem part of the theoretical contributions and political actions of socialist militant Mário Pedrosa. It departs from his researches presented in the books *The Brazilian option* and *The imperialist option*, both published in 1966. The paper also describes Pedrosa's exile in Chile and France and his return to Brazil in 1977. During his final years, he managed to study the crisis of the dictatorship and took part in the foundation of the Partido dos Trabalhadores (Workers' Party).

Key words:

Mário Pedrosa; Military dictatorship of 1964; socialism.

* Professor da Universidade de São Paulo.

Na linha de frente da resistência ao golpe de 1964 estava um dos mais importantes dirigentes e teóricos do movimento operário e socialista brasileiro. Era Mário Pedrosa, por muito tempo conhecido principalmente como crítico de arte e muito pouco como dirigente e pensador socialista brasileiro. Pedrosa militou no antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB) nas décadas de 1920 e princípio de 1930. Rebelou-se contra a brutalidade autoritária do stalinismo e fundou o primeiro grupo de militantes trotskistas no Brasil em 1929 – o Grupo Comunista Lênin. Na década de 1930 ajudou a combater a ditadura Vargas – que atacava, para controlá-lo, o movimento sindical de então –, tendo de fugir do país em 1937 para não ser preso. Participou da fundação da IV Internacional em Paris, representando os militantes revolucionários latino-americanos. Afastou-se da IV Internacional em 1940, tendo permanecido nos Estados Unidos até o final da guerra. Na volta ao Brasil, em 1945, ajudou a fundar o jornal *Vanguarda Socialista*, que agrupava militantes socialistas independentes. Ingressou com este grupo de militantes no Partido Socialista Brasileiro, fundado em 1947, em que ficou até 1956. Nesse período envolveu-se intensamente com sua atividade profissional como crítico de arte e com o jornalismo, sem, contudo, afastar-se da atividade política.

O golpe militar de 1º de abril de 1964 recebeu do veterano militante socialista Mário Pedrosa uma resposta à altura da brutalidade e ataque que se sucedeu à sociedade brasileira com a ditadura. Em dois densos livros publicados em 1966, hoje pouco lidos e praticamente esquecidos – *A opção imperialista* e *A opção brasileira* –, Pedrosa foi além da indignação e da denúncia imediata do golpe. Apontou as raízes profundas da subordinação insolúvel do capitalismo brasileiro e da sua burguesia, sempre submissa e incapaz de fazer frente aos capitais externos, ao imperialismo. E, nesse sentido, analisou o contexto internacional do capitalismo desde o início do século XX e as possíveis articulações amplas com o então chamado “mundo socialista”. Debateu em profundidade crítica as perspectivas dos economistas desenvolvimentistas de então (BIELSCHOWSKY, 2000, pp. 77-180), retomando como reflexão os debates acerca da planificação socialista como caminho viável para o Brasil superar seu atraso econômico secular.

Por pensar as possibilidades de resistência à ditadura e de retomada da iniciativa política independente pelos trabalhadores é que sua reflexão pode ser vista como original e crítica aos caminhos das esquerdas de então. Esquerdas aqui entendidas como todo o espectro que girava em torno do PCB hegemônico (e suas dissidências) e de frações anti-imperialistas da burguesia e pequena-burguesia que apostaram na via da luta armada ou das alianças institucionais (a esse respeito, ver GORENDER, 1987). Assim, Pedrosa buscou se delimitar tanto das alianças com a burguesia supostamente progressista defendida pelo PCB quanto do aventureirismo da luta armada contra a ditadura, desenraizada das tradições de luta dos trabalhadores brasileiros. Pôde, assim, provavelmente, antever desde 1966 os caminhos que levariam a classe operária brasileira – agindo nos sindicatos e pelas liberdades democráticas – a majoritariamente fundar o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) na década seguinte.

Em fuga do Brasil em 1970, Mário Pedrosa partiu para o exílio no Chile durante o governo socialista de Salvador Allende, onde permaneceu até 1973, quando houve o golpe de A. Pinochet. Foi, então, para novo exílio na França. Somente pôde retornar ao Brasil em 1977. Já próximo dos 80 anos de idade, jogou um papel fundamental, intervindo nos debates e articulações que desde 1979 levariam à fundação do PT (ANDRADE, 2014). Entre o aprofundamento da ditadura e a resistência política e teórica empreendida por Mário Pedrosa, forjou-se um dos aportes que contribuíram para construir os novos instrumentos de luta política e sindical dos trabalhadores brasileiros.

A conjuntura pré-golpe

No período que precedeu o golpe de 1964, a classe operária brasileira crescia rapidamente em número e importância, com a industrialização e o avanço dos grandes centros urbanos. O movimento sindical, ainda que tutelado pela burocracia do Ministério do Trabalho, passava por uma efervescência. As greves aumentavam desde 1961. O PCB, que atuava de forma semiclandestina, ainda controlava a maioria dos importantes sindicatos e não tinha uma linha política que questionasse a estrutura sindical pelega com uma luta pela independência sindical. Pelo contrário, o PCB buscava agir dentro da estrutura corporativa e dos espaços permitidos (MAZZEO, 2003, pp. 171-84).

A renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, precipitou uma crise do regime político, que se expressava na incapacidade de resolução dos conflitos dentro das normas institucionais então vigentes e legais. A burguesia brasileira temia que mesmo os limitados espaços de democracia pudessem abrir caminho para uma expressão independente das massas populares. O vice-presidente João Goulart, um latifundiário que fora ministro do Trabalho de Getúlio Vargas e era ligado à estrutura sindical atrelada ao estado, tinha sido eleito na chapa do derrotado candidato a presidente, marechal H. Lott. E Jango não tinha o apoio de todas as frações burguesas do país, desconfiadas de sua capacidade de conter o movimento de massas e de suas relações sindicais.

Mas ele decidiu negociar sua própria posse e ceder – apesar da importante mobilização em seu favor, comandada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola –, aceitando a implantação de um regime parlamentarista no qual seria um presidente com menos poderes. Tancredo Neves foi escolhido primeiro-ministro. O arranjo provisório apenas prolongou a crise, ao escancarar as divisões no seio da própria burguesia em uma situação de instabilidades econômicas crescentes expressas em alta da inflação, desemprego e mobilizações sociais.

O plano internacional também influenciava a conjuntura nacional e estava marcado pela vitória da Revolução Cubana de 1959, que impulsionava novos movimentos anti-imperialistas em todo o continente. Abria-se, então, um período inédito de mobilização das massas na América Latina, o que repercutiu também no Brasil, favorecido pelas brechas abertas com a crise da burguesia. Em novembro de 1961 realizou-se o I Congresso de Trabalhadores Agrícolas, que aprovou uma declaração pela reforma agrária. Fortaleceram-se as Ligas Camponesas no Nordeste. No que toca à juventude estudantil, a União Nacional dos Estudantes (UNE) tomava a ofensiva na luta pela ampliação das vagas nas universidades públicas. Em março de 1962 marinheiros e fuzileiros navais fundavam uma associação representativa. Os sargentos das três armas passaram a se organizar por reivindicações profissionais. Em abril, lideranças das Ligas Camponesas se declararam pela “reforma agrária, na lei ou na marra”. Em agosto de 1962 formou-se o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Depois da greve nacional de julho, o 13º salário foi conquistado. Em 1963 foi fundada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). A classe trabalhadora ganhava musculatura nova.

Nesse meio tempo, a luta política prosseguia nas cúpulas do governo. Em junho de 1962, o gabinete Tancredo Neves renunciou. Uma nova greve geral eclodiu em setembro e o segundo gabinete caiu. Jango foi obrigado a reconhecer os sindicatos rurais. Sob pressão, a burguesia antecipou em dois anos, para janeiro de 1963, o plebiscito previsto sobre o parlamentarismo, mas foi o presidencialismo que venceu. A esmagadora vitória deste regime representava um mandato democrático das massas populares a Jango para realizar reformas sociais. Essa ilusão das massas em relação ao novo presidente logo teve um revés. Com o Plano Trienal elaborado por Celso Furtado, o governo tentava, na verdade, atender ao imperialismo, com um brutal ataque às condições de vida das camadas populares e suas expectativas: corte de subsídios ao trigo e às tarifas de serviços públicos, contenção do crédito e controle dos salários. A resistência do movimento sindical, camponês e estudantil tornou-se, no entanto, um verdadeiro obstáculo ao avanço do Plano Trienal.

Em meados de 1963 as massas estavam nas ruas: greves e passeatas se multiplicavam. Reivindicações como a reforma agrária, o controle da remessa dos lucros das multinacionais, mais vagas nas universidades e a ampliação do direito de voto aos analfabetos e militares abriam novas e inéditas esperanças para a conquista de direitos à maioria oprimida e pela soberania do país. Frente a esta nova situação, Jango buscou manobrar sua política à esquerda – o poder começava a escapar do seu controle –, agitando agora um “programa das reformas de base” (reforma agrária, fiscal, bancária e administrativa). Era, de fato, uma manobra arriscada – de tipo bonapartista – de um setor da burguesia brasileira representada por ele e que tentava se apoiar na mobilização popular oferecendo concessões econômicas e sociais (aumento salarial, reformas sociais), buscando, na verdade, negociar certa autonomia político-econômica frente ao imperialismo. Seria uma forma de movimento político oscilatório que Leon Trotsky já identificara em outros momentos da história latino-americana, como no México de Cárdenas e mesmo no varguismo brasileiro e que fora caracterizado por ele como “bonapartismo *sui generis*”, utilizado para conter o fortalecimento da ação independente das massas populares (TROTSKY, 1999, pp. 115-120). Com isso, ganharia algum tempo para sufocar ou envolver e cooptar as massas em seu movimento.

Neste momento de efervescência política, a direita – representada pela mídia conservadora, organizações reacionárias, a Igreja Católica e golpistas no Exército – agia abertamente, com apoio da embaixada dos Estados Unidos e da CIA, para desestabilizar o governo. A crise econômica, com inflação em alta, ajudava os Estados Unidos a sufocar a economia nacional e, num quadro geral de deterioração da situação financeira do país, a agitar a classe média conservadora. Multiplicaram-se iniciativas como marchas reacionárias e articulações nas Forças Armadas. O espaço dado pelo governo, ao não reprimir os golpistas, abria terreno para os setores mais reacionários do Exército e da burguesia ampliarem livremente suas articulações. Hoje, farta documentação comprova que o golpe de 1964 foi preparado com método pelos Estados Unidos dentro da sua embaixada no país e em vários níveis: no plano da economia (dificultando empréstimos e o comércio externo, por exemplo), da propaganda (financiando intelectuais de direita e agências de publicidade) e conspirando por meio de agentes no interior das Forças Armadas e políticos conservadores. A preparação do golpe civil-militar envolveu não só a maioria da cúpula militar, mas empresários, latifundiários e políticos conservadores. Entre os governadores que o apoiavam estavam Adhemar de Barros, de São Paulo, Magalhães Pinto, de Minas Gerais, e Carlos Lacerda, do Rio de Janeiro, entre outros.

Apesar do importante apoio que tinha nas massas populares, Jango não as organizou como uma verdadeira resistência para combater as provocações e a desestabilização da direita. Provavelmente, agindo assim Jango teria de tomar medidas políticas e econômicas muito além do que pretendia, na via da ruptura com os interesses dos grandes proprietários, além de ser obrigado a organizar e mobilizar de fato as massas populares. No famoso comício de 13 de março de 1964, centenas de milhares de jovens e trabalhadores levaram apoio ao presidente, que

se comprometeu novamente com um programa de reformas sociais. Mas nenhuma medida concreta de mobilização e organização foi tomada, apesar do acirramento das tensões e dos boatos golpistas nos quartéis. Estava-se, provavelmente, quase no limite do bonapartismo como manobra burguesa para conter a ação independente das massas trabalhadoras. Entre 25 e 27 de março de 1964, um motim com mais de 1.200 marinheiros protestou contra a punição de dirigentes de sua associação, enfrentou oficiais e desarmou a tropa de fuzileiros. As massas populares esperavam um chamado para agir, mas era a direita quem estava tomando a iniciativa. De fato, o presidente Jango possuía forças significativas ao seu lado, mas teria de mobilizar as massas para a luta aberta. Provavelmente, tudo que ele temia. Mas havia outras responsabilidades. O CGT (que reunia a cúpula das confederações oficiais), nas mãos do PCB e com uma linha de apaziguamento, não preparou, de fato, uma greve geral para resistir ao golpe. Os militantes operários e populares ficaram, em sua maior parte, politicamente despreparados. Existia efetivamente um verdadeiro movimento de massas que buscava romper os diques impostos pelo peleguismo sindical e pela política de colaboração de classes e de subordinação a Jango, defendida pelo PCB de então. Milhares de militantes, marinheiros, soldados nas Forças Armadas, centenas de milhares de trabalhadores nos sindicatos, nas Ligas Camponesas no Nordeste e nas organizações estudantis poderiam muito provavelmente resistir, se houvesse uma direção operária disposta a unificar e organizar de forma independente seu movimento, mas não foi isso que ocorreu. A greve geral após o golpe, atrasada e mal preparada – e ocorrendo principalmente nos setores estatais, estradas de ferro, portos –, acabou por prejudicar os defensores da legalidade, as forças contra o golpe, dificultou a vinda dos trabalhadores dos subúrbios do Rio e as possibilidades de resistência com mobilizações de massas.

No Exército, o general Castello Branco foi escolhido para articular o golpe. Houve resistência por baixo, que se expressou no II Exército, em São Paulo, e mesmo no I Exército, no Rio de Janeiro. Setores militares legalistas tentaram defender o presidente. No Rio houve, ainda, amplos setores dos marinheiros que poderiam marchar contra o golpe. Mas o presidente fugiu e deixou o movimento que o apoiava para trás, desarticulando a resistência. Assim, com a subordinação de oficiais ainda legalistas aos líderes golpistas, o chamado “dispositivo militar” governista se desestruturou. Iniciava-se a ditadura militar no Brasil, que logo se transformaria em ponta de lança de novos golpes na América Latina. Nessa medida, dificilmente seria aceitável a tese de que teria sido uma “provocação” aos militares ou à burguesia a motivação para o golpe. Começava um longo período de terror e perseguições contra as massas trabalhadoras, suas organizações e militantes.

A ditadura implicava uma reacomodação das frações internas da burguesia. A nova composição de forças após o golpe ampliaria a submissão da burguesia brasileira aos interesses internacionais, realçando sua histórica incapacidade para articular um projeto político e econômico próprio, como classe dominante, para o Brasil. A antiga proteção limitada oferecida à burguesia pelo regime de tipo bonapartista antes de 1964 foi rapidamente afastada por uma associação na qual passaria a ocupar inequivocamente o lugar de sócia menor dos capitais estrangeiros. De fato, mesmo os antigos setores nacionalistas se associaram ao novo pacto de poder, preferido aos riscos de uma mobilização nacionalista que implicaria envolver e comprometer amplos setores das massas populares, como parecia buscar o regime anterior.

A resistência à ditadura, nem liberal nem desenvolvimentista

Foi nesse contexto político que o golpe militar colocou Mário Pedrosa novamente na linha de frente da militância política direta, depois de uma intensa atividade nos anos anteriores ligada à sua profissão na crítica de arte. Pouco tempo pudera despendar para a militância política naquele período. Ele dirigira, como presidente, a Associação Brasileira dos Críticos de Arte (ABCA) e publicara regularmente em jornais. Com a nova situação, parece claro que ele reorientou e concentrou seus esforços intelectuais em outra direção. Foi nesse período que redigiu e publicou, pela editora Civilização Brasileira, dois livros: *Opção imperialista* e *Opção brasileira*. Era o ano de 1966.

Para Mário Pedrosa, o golpe de 1964 representou a plena articulação da economia nacional à nova estratégia dos Estados Unidos, totalitária no plano político e econômico. Do ponto de vista estritamente nacional, afirmava: “As classes dominantes do Brasil e, com elas, parte significativa das Forças Armadas já não se movem senão com a consciência plena de que se movem dentro de um conjunto político maior, fora do qual não se arriscam. Esse contexto é a área política imperial delimitada pelos Estados Unidos” (PEDROSA, 1966a, p 55). Há uma opinião majoritária entre os historiadores e economistas sobre esta avaliação, certamente. No entanto, para Mário Pedrosa, era preciso pensá-la sob dois eixos combinados: a economia mundial e o sentido histórico particular do desenvolvimento brasileiro. Isso permitiria refletir as tendências futuras da economia política nacional. Os livros *Opção brasileira* e *Opção imperialista* buscavam desenvolver este projeto.

As origens agrárias da burguesia brasileira impunham limitações estruturais ao capitalismo nacional e facilitavam sua articulação subordinada à economia mundial:

Estamos agora com o pálio de uma transição grave do sistema capitalista que se formou no Brasil segundo o modelo da substituição das importações. (...) Chegado a este ponto, a mudança para outro modelo se impõe: para que outro modelo? Para um que se caracterize pelo seu poder de autossustentação do crescimento. (...) No curso do desenvolvimento econômico do país, trata-se de passar a uma etapa superior de emancipação econômica. Estamos, pois, em face de uma revolução. A conclusão é geral. O capitalismo pelo vértice em que se constituiu no Brasil, numa *área* privilegiada, ainda não é um capitalismo nacional. Talvez seja esta a sua característica mais profunda e sua contradição fundamental. Essa autolimitação vem de muitas procedências, mas talvez uma dessas seja a própria natureza de sua formação. Ele se formou no campo da agricultura com a burguesia rural. Daí sua tendência para olhar o Leste que para o Oeste, para o mar que para o sertão, quando não fica preso no vasto círculo dos horizontes metropolitanos (...). (PEDROSA, 1966a, p. 217)

No período imediatamente anterior àquele em que Mário Pedrosa, nos livros de 1966, desenvolveu suas teses econômicas sobre a conjuntura brasileira e o quadro internacional do capitalismo, o Brasil vivia uma fase de crise também no campo das elaborações dos teóricos do pensamento desenvolvimentista. Era um reflexo da crise política e econômica mais geral, certamente. Havia uma relação muito próxima entre os debates em torno das propostas de Juscelino Kubitschek e seu Plano de Metas e uma ideologia desenvolvimentista que estava presente nos debates da época (BIELSCHOWSKY, 2000). Pedrosa buscou delimitar-se destas correntes, das quais fazia uma avaliação negativa. Havia um amplo consenso entre os economistas da década de 1950 de que o rápido crescimento do país no período 1956-61, com taxa anual média de aumento do PIB de 7,4% e expansão industrial em 10,1%, permitira alcançar uma nova estrutura econômica que facilitaria um planejamento econômico eficaz da economia para um desenvolvimento capitalista. Era nesse contexto que se desenvolvia o Plano de Metas de JK. O eixo da proposta era ampliar a industrialização sob a inspiração do pensamento econômico amplamente hegemonizado pelos desenvolvimentistas e que predominaria pelo menos até 1961. Para Pedrosa, foi JK quem avançou mais longe esta derradeira tentativa de um desenvolvimento capitalista autônomo no Brasil, o que implicou se opor – mesmo que limitadamente – ao FMI, ao mesmo tempo em que cedia à pressão dos capitais estrangeiros. A superação da crise do modelo de substituição de importações tornava, então, necessário um complemento essencial, “que consiste na substituição do financiamento externo que acompanhava os bens, antes importados, pelo financiamento nacional” (PEDROSA, 1966a, pp. 211-5).

O grande erro ou fraqueza dos desenvolvimentistas se concentraria, para Mário Pedrosa, no fato de se constituírem em formuladores de uma ideologia burguesa que buscava encobrir as limitações da própria burguesia e do capitalismo nacional:

A fragilidade do desenvolvimentismo não estava nas análises de seus economistas, estava, sobretudo nos equívocos – em muito deliberados – de sua política e, acima de tudo, de sua ideologia. (...) Os burocratas e técnicos apegados ao poder do estado acreditaram que podiam substituir as classes sociais dominantes no seu dinamismo e representá-las e agir, no uso e gozo do poder, em nome delas. A burguesia, mesmo brasileira, não tem por hábito se deixar representar por alguma camada especial de dirigentes (...). A burguesia é essencialmente privatista. Os burocratas desenvolvimentistas pensaram substituí-la até o fim, sem traumas, sem tropeços. (...) A base social sobre a qual se apoiava o desenvolvimentismo era um compromisso híbrido entre interesses burgueses agrários, interesses rurais, interesses industriais, interesses das classes trabalhadoras, classes camponesas – interesses financeiros internacionais. Sua fragilidade não podia surpreender. (PEDROSA, 1966a, pp. 227)

O desenvolvimento econômico é visto por Mário Pedrosa como uma questão essencialmente política, e não técnica. Esta perspectiva está na raiz de sua análise do golpe e da ditadura que se seguiu a 1964. Segundo Pedrosa, mesmo Celso Furtado destacaria que seriam necessárias medidas revolucionárias – a começar pela suspensão do serviço das dívidas externas, expropriações anti-imperialistas, reforma agrária, gigantescos investimentos do estado, planejamento global – para fazer avançar a economia nacional. Não se tratava, de fato, apenas de questões técnicas, mas que envolveriam uma política econômica de longo fôlego. Para isso, não bastavam acordos técnicos, mas era necessária a participação efetiva das forças sociais profundas da nação. Para Mário Pedrosa, no entanto, havia um limite político que parecia intransponível a Celso Furtado: este reclamava uma “consciência de classe” da burguesia industrial contra os fazendeiros, aqueles que desde sempre no Brasil foram seus sócios:

[Ele] ainda insiste, ingenuamente, em falar na incompreensão da classe capitalista industrial em face da contradição de sua atitude anti-impositiva, inspirada pela classe agrária e ‘os autênticos interesses da própria industrialização’. Não há burguesia capitalista que tenha, em seu todo, interesses globais em uma política de industrialização, como querem Furtado e outros intelectuais (...). Eles só querem fábricas quando as perspectivas de lucro são tranquilas. A classe dirigente industrial brasileira decepcionou os desenvolvimentistas (PEDROSA, 1966a, p. 237).

Pode-se afirmar que o conjunto das avaliações e debates sobre a conjuntura e o planejamento de um ponto de vista capitalista para o Brasil enfrentavam uma crise maior, não apenas ideológica, mas política e econômica. Essas crises se expressavam no fato de que o bloco de poder que sustentava as reformas econômicas nacionalistas e desenvolvimentistas (em torno de JK e, depois, de Jango), por exemplo, enfrentava-se com uma clara ofensiva política dos setores mais conservadores, alinhados diretamente ao imperialismo estadunidense. A pequena brecha nacionalista e desenvolvimentista – que permitia uma aliança anti-imperialista e a ação das massas populares – era um obstáculo aos interesses do imperialismo no país. Por esta brecha poderia avançar uma ruptura revolucionária ligada ao movimento operário? O golpe de 1964 foi uma resposta a esta situação de crise ou de crescente instabilidade política e econômica. Enfrentar e debater caminhos e novas perspectivas no campo do socialismo marxista foi a opção buscada por Mário Pedrosa. O seu embate teórico, empreendido contra as correntes do pensamento liberal e desenvolvimentista, buscava clarificar para o futuro um pensamento teórico e uma política operária e independente alternativa à burguesia brasileira.

A resistência propriamente política à ditadura exigiu da esquerda, por outro lado, um balanço, tendo em vista os novos desafios colocados. Mário Pedrosa defendeu a necessidade de construir uma estratégia de defesa da perspectiva socialista a partir as tradições de luta do povo brasileiro, mas levando em consideração a situação geral do conflito de classes no Brasil e no contexto internacional. Ele criticou a tática de guerrilha e a fabricação de táticas externas e distantes das realidades concretas e nacionais para o embate revolucionário. A forma nacional do combate deveria ser buscada, como em outras nações, nas tradições nacionais da luta revolucionária. Porém, o conteúdo internacional seria sempre incontornável nesta luta revolucionária anticapitalista, devendo sempre corresponder às formas próprias a cada povo e nação:

A guerra revolucionária é nacional ou não é; não se pode fazê-la determinada de fora. Ela é um movimento separado de grupos de guerrilheiros e partidários desesperados, revoltados, desarmados, ou que se armam com o que podem, foice ou facão – armas de homens que vivem na terra –, movimento que cresce porque seus participantes são protegidos pelo povo que o cerca, os alimenta, os abriga. (PEDROSA, 1966a, p. 79)

Argumentando com exemplos históricos, Pedrosa citava, em particular, a Revolução Chinesa de 1949, segundo ele, vitoriosa mesmo após a derrota operária na década de 1920. Isto porque Mao teria combinado a luta camponesa e de defesa nacional. Mao era filho de camponeses e soube amarrar seu destino ao dos milhares de miseráveis do país, associando esta estratégia à luta nacional, quando o Japão invadiu o território chinês. Não venceu uma tática específica, passível de ser exportada como modelo, mas uma luta revolucionária e socialista que absorveu as formas nacionais:

A revolução não se prescreve, não se ordena, não se marca, não se precipita, não se inventa. Os revolucionários seguem o seu curso, nadando, dirigindo-se na corrente, no sentido da corrente, para não se afogar. O Partido Comunista nem na Rússia, onde foi inventado pelo gênio político de Lênin, nem na China foi a máquina que puxou a revolução, mas uma máquina que se dirigiu melhor que as outras no fluxo revolucionário. O comunismo russo foi uma criação russa; o comunismo chinês foi uma criação chinesa, como o comunismo iugoslavo foi uma criação iugoslava, o cubano uma criação cubana; no Brasil, se chegar um dia a triunfar, será uma criação brasileira. (PEDROSA, 1966a, p. 83)

De fato, não se tratava de impor um internacionalismo abstrato ou burocrático às lutas socialistas, algo que Mário Pedrosa criticava. No entanto, era o primeiro a reconhecer, pela própria análise do Brasil de então, que sem o quadro de análise internacional do capitalismo seria impossível pensar seriamente o embate a este mesmo capitalismo no país. Sem esse ponto de partida seria muito menos provável uma luta política operária lúcida pelo socialismo. Esta era a concepção de internacionalismo manejada por Pedrosa.

Ele se valia, naquele momento difícil, de antigas posições que parecia ter abandonado em seu passado trotskista. Lênin e Trotsky retomavam lugar em suas reflexões e balanços sobre o momento político. Na verdade, ele não abria mão do partido centralizado como principal instrumento para a luta operária revolucionária. Para Mário Pedrosa, este aspecto provavelmente expressava o principal problema, a falta de uma vanguarda política preparada. O descompasso entre o ritmo do dinamismo social acelerado e um processo de reagrupamento político atrasado estava na sua explicação principal do sucesso do golpe. Implicitamente, era uma recusa a aceitar o PCB e suas derivações como o partido da revolução:

No plano político não havia o *órgão*, o motor para captar as energias que se acumulavam... A revolução frustrada no Brasil não teve tempo nem condições para preparar os fatores subjetivos necessários à ação. Não há ação pela ação, mas conseqüente, inclusive de autocontrole, senão para dominar os acontecimentos, para ser capaz de canalizá-los, os aproveitar ou evitar ser por eles esmagada. Mas faltava-lhe ter concebido a longa perspectiva, a perspectiva em um horizonte histórico. Faltava-lhe ter construído seu estado-maior, ter tido o gênio de criar seu partido, o partido revolucionário, munido de instrumentos aptos de análise, de meios de comunicação com

o povo, de sensibilidade bastante para auscultar-lhe em profundidade o grau de conscientização política e das disposições de *ânimo* que o trabalham, com relativa antecedência... (PEDROSA, 1966a, p. 174)

Havia em Pedrosa também uma crítica às diferentes organizações de esquerda da época, que confundiriam agitação ou ativismo com a própria construção do partido, com a tática do foco guerrilheiro: “o rádio agita; para o voto, excelente... O rádio não forma líderes, forma partidários, eleitores, admiradores. Forma fãs, não forma militantes... Não eram ‘guerrilheiros’ que faltavam: era tempo, é escola, era militância camponesa” (PEDROSA, 1966a, p. 174).

Era uma reflexão serena, com base no desenvolvimento da economia capitalista brasileira, suas tendências e os elementos da luta de classes, porém de uma perspectiva que colocava a classe operária como independente e organizada em partido no centro da análise. Debatia implicitamente com várias organizações sobre os rumos táticos e organizativos da luta socialista no país. E, nesse sentido, sua elaboração teórica distinguia-se originalmente não apenas dos intelectuais liberais e desenvolvimentistas, mas dos principais teóricos ligados à esquerda oficial de corte stalinista (REIS FILHO, 1990). A matriz da sua reflexão era outra. Era, portanto, na classe operária urbana, e não em guerrilhas rurais, que Mário Pedrosa antevia perspectivas futuras para a retomada da ação. Sobre este aspecto, em particular, sua abordagem foi precisa e coerente, porém uma voz ainda isolada no turbilhão em que mergulhavam todos na escuridão cada vez maior da ditadura.

O horizonte do partido operário independente

Uma nova configuração da classe operária começava a nascer com os enormes contingentes que faziam crescer as cidades brasileiras. Se, no início, era a base social do getulismo e de Jango, ela principiava a amadurecer como classe nos anos 1950 e 1960. A existência de uma massa de trabalhadores concentrada em grandes polos industriais certamente aceleraria um processo de consolidação da consciência de classe do operariado brasileiro, na medida em que também se estabeleciam fortes laços de dependência econômica entre eles – algo que não ocorrera com a mesma intensidade no período histórico anterior a JK, particularmente, no qual predominava a força de trabalho rural. Na ditadura pós-1964, a classe capitalista exigia uma redomesticação da classe operária, da disciplina no trabalho. O Estado Novo varguista liquidara a liderança operária independente na década de 1930 e reabriu sindicatos ligando-os ao estado por meio de contribuições obrigatórias para sustentar os dirigentes burocratas. Após 1945 houve uma luta pela autonomia sindical e pelo direito de greve. A classe operária cresceu em número e consciência de seus direitos democráticos, porém com uma educação política reformista. Mesmo assim, o aumento do grau de consciência de classe do operariado, num primeiro momento, expressou-se na ação sindical contra as consequências da política econômica anti-inflacionária pré-golpe de 1964. Estes caminhos de resistência de classe não foram inconscientes, embora contraditórios e perpassados pela disputa de diferentes projetos e táticas, mesmo no interior das organizações de esquerda. No entanto, sua vontade política era canalizada para o voto eleitoral em líderes e legendas populistas ou de esquerda. Como destacou Pedrosa: “Nesse processo de longos anos de ação sindical e de ação política, a classe operária adquiriu entranhada dedicação às instituições democráticas, pois delas – na fase do reformismo, então em ascensão, soube valer-se. Sem elas, aliás, muitas de suas conquistas não teriam sido possíveis.” (PEDROSA, 1966a, p. 275) Para a ditadura, tratava-se agora de atacar esse reformismo operário, ainda que limitado, mas incompatível com o novo modelo econômico que buscava aumentar as taxas de lucro por todos os meios.

Por outro lado, para Mário Pedrosa, a ditadura, ao atacar violentamente a classe operária, reduzindo seus salários e cortando seus direitos, enfraquecia, ao mesmo tempo, as convicções reformistas do operariado, plantadas no período anterior. Ele previa o surgimento futuro de uma nova situação em que o movimento operário poderia superar essa recente tradição reformista: seriam “forçados assim a um novo padrão de luta, mais severo e mais difícil, a que não estavam mais acostumados. A consciência da classe operária está novamente em tensão. Ela é ainda a força motriz principal da revolução brasileira” (PEDROSA, 1966a, p. 231).

Era esse o horizonte para derrotar a ditadura, que nunca esteve, para Mário Pedrosa, fora das lutas concretas das massas operárias. A retomada das liberdades democráticas deveria ser prevista essencialmente nos espaços dos grandes centros urbanos, com suas crescentes concentrações de trabalhadores:

A classe operária tem pela frente anos difíceis. Ela será forçada primeiramente a uma luta defensiva em face da redução do nível de consumo. (...) A amplitude da contraofensiva desfechada contra seus salários e seu nível de vida pela ação do governo e do patronato é realmente nacional. A ela mais do que a qualquer outro grupo ou classe do país cabe intervir na dinâmica social (...) Aos primeiros sinais de retomada das atividades econômicas e produtivas ou de crise do poder de regime de exceção vigente, ela [a classe operária] passará também à contraofensiva, na luta para reconquistar o terreno perdido... Cabe a democratas, a revolucionários – é tudo um, em última análise – sustentar a classe operária nesta política. (PEDROSA, 1966a, p. 239)

O segundo exílio de Mário Pedrosa e a crise mundial capitalista

Em paralelo com o denso debate teórico que propôs, Mário Pedrosa seguiu buscando, mesmo após o 1º de abril de 1964, espaços para a militância prática. Em um gesto provavelmente um tanto isolado ou heroico, Mário ensaiou uma fracassada candidatura a deputado pelo MDB, único espaço ainda legal de oposição moderada à ditadura naquele momento. Seguiu, ainda, atuando em jornais e mobilizações de rua em defesa da democracia. No jornal *Correio da Manhã* de 25 de setembro de 1966 ele escrevia: “Nesse movimento de aproximação aos cassados, às vítimas da ditadura militar, está a prova de que a ditadura já é uma sobrevivência no tempo. O povo em sua imensa maioria já lhe retirou qualquer apoio...”.

Dois anos depois ocorreu a decretação do Ato Institucional n. 5, em 1968, uma medida que aprofundou a repressão da ditadura. Mário Pedrosa participou das mobilizações no Rio de Janeiro, encabeçando a Passeata dos Cem Mil contra o regime militar e a missa em homenagem ao estudante Edson Luiz, morto pela polícia no restaurante Calabouço. Nessa ocasião, ele sofreu uma isquemia e foi obrigado a se afastar da militância por um período, para tratamento médico. Já recuperado, retomou a luta depois de 1968, passando a organizar clandestinamente sistemáticas denúncias à Anistia Internacional dos casos de torturas e assassinatos provocados pela ditadura. Ele foi processado e então afirmou estar solidário com as vítimas envolvidas, dado o horror que lhe inspirava a tortura. Provavelmente teria sido preso e assassinado, caso não conseguisse fugir para o Chile, em julho de 1970. Aos 70 anos de idade, Pedrosa partia para seu segundo exílio, perseguido novamente por suas ideias e sua militância socialista.

No Brasil, torturadores e assassinos barbarizaram a militância democrática e de esquerda. A condenação da tortura e punição exemplar dos torturadores e seus cúmplices, com a revisão da Lei de Anistia de 1979, seguem sendo certamente uma ferida aberta para a plena consolidação das liberdades democráticas no Brasil. A capitulação das autoridades em um pacto de impunidade envergonha a história de luta pela democracia em nosso país e deixará sequelas. É certamente um desserviço à memória desses militantes (SANTOS; TELES, 2009). A postura ousada e corajosa de Mário Pedrosa na ocasião, com sua ação desde 1968 em diante, como a de inúmeros outros militantes, destoa das tentativas posteriores da suposta esquerda no poder de apaziguamento pela impunidade aos criminosos da ditadura.

Mário Pedrosa retornou do exílio em outubro de 1977. Em pouco tempo voltou a publicar e logo seria o laço firme de continuidade histórica entre os jovens militantes de esquerda das décadas de 1920 e 1930 – aqueles que enfrentaram nas ruas a ditadura varguista e lutaram para construir um partido operário de massas e uma nova Internacional – e uma nova geração de militantes e dirigentes operário-populares, agora no final da década de 1970, que despontará e se combinará em grande medida com veteranos dirigentes socialistas para construir novas organizações para as décadas seguintes. A conjuntura do Brasil, com a crise da ditadura e crescentes mobilizações operárias e da juventude, é que explicava os movimentos que surgiam em torno da proposta de organizar um novo partido dos trabalhadores brasileiros.

Pedrosa era já parte desta longa e rica história do movimento operário no Brasil e no plano mundial, por suas incansáveis iniciativas. Ele abraçou rapidamente o combate pelo novo partido operário. Sua conhecida carta a Lula, ou “Carta aberta a um líder operário”, seus diversos artigos em jornais da época são claros testemunhos do seu engajamento político nesse período. A carta, escrita em 1º de agosto de 1978, esforçava-se por demonstrar aos novos dirigentes que despontavam o elo histórico com as ações revolucionárias do passado. Retomava, assim, a luta histórica do movimento operário: “quando Karl Marx, meu mestre, proclamou no século passado que a ‘emancipação dos trabalhadores seria obra dos próprios trabalhadores’ – esta verdade não se apagou mais da história.” (PEDROSA, 1978) Era a reafirmação, para Mário Pedrosa, da necessidade da luta independente dos trabalhadores. Por isso ele era capaz de ver a liderança de Lula apenas como uma pequena expressão de um movimento social mais amplo, coletivo e profundo da classe operária:

Um jovem militante de sua têmpera, de sua inteligência, de seu devotamento, não é produto feliz do acaso. É um produto necessário da classe operária emergente da nova sociedade brasileira. Formou-se você em São Paulo, no coração mesmo dessa nova classe. Estou certo de que outros como você se estão formando pelo Brasil todo aos milhares. (PEDROSA, 1978).

O veterano militante socialista via na luta pela redemocratização e contra a ditadura o caminho aberto para a revolução socialista. A carta de Pedrosa reafirmava:

Assim se criarão as condições ideais para que afinal surja da luta pela redemocratização do Brasil um movimento operário realmente profundo, livre, nitidamente trabalhista, dentro do qual todas as forças populares legítimas se vão unir para um só final, o socialismo: movimento dos trabalhadores pelo socialismo. Cunha-se, assim, com a naturalidade das coisas elementares, o partido com a consciência proletária de que você e seus companheiros estão imbuídos. Isso é penhor do futuro: fruto das tradições dos mestres, nutrido do sangue dos

nossos heróis proletários. Sem a libertação do movimento trabalhista é inútil falar-se em liberdade, democracia, socialismo. (PEDROSA, 1978)

Era a esperança de ver um partido socialista de massas, independente da burguesia e que alimentaria os sonhos e lutas de novas gerações. Mário Pedrosa certamente deixou sua marca. Resgatar essa história e esse projeto segue sendo hoje, para o presente e para o futuro, um desafio militante.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Everaldo de Oliveira. “O surgimento da OSI na crise da ditadura”. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, E. *et al.* (Org.). *Desarquivando a ditadura*. São Paulo: Hucitec, 2009.
- _____. “Mário Pedrosa”. In: SECCO, Lincoln; PERICÁS, Luiz Bernardo (Org.). *Intérpretes do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. *Mário Pedrosa – itinerário crítico*. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.
- BARAN, Paul. *A economia política do desenvolvimento*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro*. 4. ed. São Paulo: Contraponto, 2000.
- FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 9. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1987.
- FIGUEIREDO, Carlos Eduardo S. *Mário Pedrosa, retratos do exílio*. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1982.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987.
- GUSTIN, Miracy B. Souza; VIEIRA, Margarida Luíza M. *Semeando democracia: a trajetória do socialismo democrático no Brasil*. Contagem: Editora Palesa, 1995.
- HECKER, Alexandre. *Socialismo sociável: história da esquerda democrática em São Paulo (1945-1965)*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.
- KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José C. “Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966)”. In: *História do marxismo no Brasil* v. 5. Campinas: Ed. Unicamp, 2002, pp. 103-55.
- LEAL, Murilo. *À esquerda da esquerda – trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- LESSA, Carlos. *15 anos de política econômica*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MARQUES NETO, José Castilho (Org.). *Mário Pedrosa e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria I. (Org.). *Corações vermelhos*. São Paulo: Cortez, 2003, pp. 239-69.
- PEDROSA, Mario. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966a.
- _____. *A opção imperialista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966b.
- _____. Carta aberta a um líder operário. Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1978.
- _____. *A crise mundial do imperialismo e Rosa Luxemburgo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- _____. *Sobre o PT*. São Paulo: Ched Editorial, 1980.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- RAGO FILHO, Antonio. O ardil do politicismo: do bonapartismo à institucionalização da autocracia burguesa. *Projeto História*, n. 29, t. 1. São Paulo: Educ, pp. 139-67, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro – os comunistas no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SANTOS, Cecília M.; TELES, E. *et al.* (Org.). *Desarquivando a ditadura*. São Paulo: Hucitec, 2009.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

TROTSKY, Leon. *Escritos latinoamericanos*. Buenos Aires: CEIO, 1999.